



Número: **0801354-23.2018.8.15.0351**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Sapé**

Última distribuição : **01/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **SEGURO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO (AUTOR)		BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17534 871	01/11/2018 10:41	Petição Inicial	Petição Inicial
17534 898	01/11/2018 10:41	01. PETIÇÃO INICIAL-ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO	Outros Documentos
17534 902	01/11/2018 10:41	02. PROCURAÇÃO	Procuração
17534 912	01/11/2018 10:41	03. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
17534 917	01/11/2018 10:41	04. ANTONIO RG,CPF	Documento de Identificação
17534 922	01/11/2018 10:41	05. MARINALVA RG,CPF	Documento de Identificação
17534 932	01/11/2018 10:41	06. TERMO DE COMPROMISSO	Documento de Comprovação
17534 942	01/11/2018 10:41	07. COMP. DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
17534 950	01/11/2018 10:41	08. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
17534 965	01/11/2018 10:41	09. DECLARAÇÃO DE HOSPITAL	Documento de Comprovação
17534 967	01/11/2018 10:41	10. LAUDO MÉDICO	Documento de Comprovação
17534 976	01/11/2018 10:41	11. CARTÃO DE RETORNO	Documento de Comprovação
17535 006	01/11/2018 10:41	12. COMP. DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO	Documento de Comprovação
17535 013	01/11/2018 10:41	13. NEGATIVA TÉC.	Documento de Comprovação
17618 984	07/11/2018 09:25	Despacho	Despacho
18399 689	17/12/2018 14:20	Decisão	Decisão
19373 799	21/02/2019 13:41	Expediente	Expediente
19517 148	27/02/2019 15:30	Petição	Petição
19517 178	27/02/2019 15:30	FOTOS AUTOR	Documento de Comprovação

19517 181	27/02/2019 15:30	00 PETIÇÃO. ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO. emenda à inicial	Outros Documentos
19529 143	28/02/2019 08:57	Decisão	Decisão

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA
COMARCA DE SAPÉ/PB**

ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no CPF sob o nº. 500.488.724-15 e RG nº. 21.510.336-7 SSP/RJ, neste ato representado por sua irmã e curadora **MARINALVA MENEZES DE BRITO**, brasileira, inscrita no CPF sob nº 854.129.104-91 e RG 1.777.008 - 2ªVIA, SSP-PB, ambos residentes e domiciliados na Rua João Gomes Ferreira, 6, Centro, Município de Sapé/PB, CEP 58.340-000, por seu advogado formalmente constituído, residente e domiciliado na Rua Padre Zeferino Maria, 261, Centro, Sapé/PB, onde recebem intimações e correspondências – vem à presença de V. Exa., propor a presente

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA
DE SEGURO DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:



1. DOS FATOS.

Em 23 de setembro de 2017 a parte autora sofreu um acidente de trânsito (atropelado por um veículo desconhecido) na cidade de Sapé/PB, ocasião em que um veículo desconhecido o atropelou sem prestar socorros (dados do Boletim de Ocorrência prestado em 16 de janeiro de 2018, de nº 101/2018), tendo sido levada pelo SAMU ao hospital, no qual realizou diversos exames e foi devidamente medicado.

Com o acidente a parte proponente ficou com **debilidade permanente no membro inferior por trauma grave em perna direita, onde houve uma fratura complexa de ossos que fora submetido a fasciotomia e posteriormente optado por tratamento da fratura com fixador externo circular (laudo médico em anexo em 21/02/2018 e fotos da perna da paciente)**, conforme faz prova com os documentos médicos acostados a exordial bem como boletim de ocorrência policial.

Destaque-se que o promovente requereu administrativamente à ré a respectiva indenização pela invalidez que se faz presente hoje. Conforme prova em anexo, a parte ré indeferiu o pedido referente à indenização pelo acidente alegando que o mesmo não possui sequelas.

No que se refere à indenização pela debilidade permanente, esta deve ser paga na sua integralidade, **no importe de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme discriminado nas linhas a seguir:



Isto posto, constatada a debilidade permanente da parte promovente em seu membro inferior direito, em razão de acidente de trânsito (comprovados pelo Boletim de Ocorrência prestado e pelas consultas médicas, em anexo), a autora desta ação faz jus à indenização bem como ao ressarcimento das despesas médicas que constam na Lei nº 6.194/74, corrigida desde a data do sinistro, por ser medida de direito e justiça.

2. DO DIREITO.

2.1 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO.

A pretensão autoral se encontra amparada pela Lei nº 6.194/74, pelo art. 7º da Lei 8.441/92 e pela Lei 11.482/2007. E foi a partir da Lei 11.945/2009 que a tabela contida em seu anexo passou a ser utilizada nos casos de indenização pelo seguro DPVAT, para quantificar o valor do seguro devido, conforme o grau de invalidez apresentado pela proponente.

A matéria foi sumulada pelo STJ (Súmula 474), devendo ser aplicada a todos os acidentes, indistintamente: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”*

Consta também na lei nº 6.194/74, em seu art.3º que:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)



(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#).

Portanto, a parte requerente desta ação, como mencionado nos fatos, sofreu uma debilidade permanente em sua perna direita.

2.2 PERDA COMPLETA DA FUNÇÃO DO MEMBRO INFERIOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO MONTANTE DE 70% DE R\$ 13.500,00.

É inconteste que a parte requerente sofreu um acidente de trânsito, conforme faz prova a certidão de ocorrência policial e demais documentos em anexo, vindo a ficar com debilidade permanente no membro inferior por trauma grave na perna direita, restando com sequelas irreversíveis e permanentes e perda da força muscular.

Desse modo, com esteio no contexto probatório, na verdade real e considerando que a parte demandante teve perda funcional completa de um dos membros inferiores, resta patente que a indenização prevista do seguro DPVAT *in casu* é de **70%** sobre R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que resulta na quantia devida de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** nos moldes da tabela legal:

LEI nº 6.194/74

ANEXO

Danos Corporais	
----------------------------	--



Segmentares (Parciais)	Percentuais
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50



Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo	25
Polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	

No caso presente, a parte autora tem direito a 70% no caso de invalidez permanente, por se enquadrar, no anexo da lei nº 6.194/74 acima, em perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores no valor de **R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

Portanto, tem a parte demandante o direito ao recebimento da quantia de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) a título de indenização por acidente, acrescida de correção monetária e juros de mora desde a época do acidente (23/09/2017), nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ.



2.3. NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL.

A prova pericial (exame médico para atestar a debilidade/invalidade permanente) é imprescindível para o desate da lide, com vistas à aferição do grau da invalidez permanente que acomete a parte suplicante.

Nessa linha de pensar, vale colacionar entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba em apelação, sendo notório a imprescindibilidade da realização de perícia médica, não sendo necessário que a própria parte acidentada arque, anteriormente, com os custos de fazê-la. Senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INEXISTÊNCIA DE PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º, XXXV, DA CF/88. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. PROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do ordenamento jurídico pátrio, não há necessidade de prévia prova pericial, mormente quando a parte goza dos benefícios da assistência judiciária gratuita e não dispõe de condições suficientes à sua realização, como condição para o beneficiário ingressar em juízo, sob pena de sérias afrontas ao direito de ação e ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00295094220138152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 01-12-2016).

Demonstrando a essencialidade da perícia médica para o provimento da concessão da indenização e acerca dos requisitos do seguro DPVAT, já decidiu o Tribunal de Justiça da Paraíba:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DANO PARCIAL COMPLETO ANATÔMICO E FUNCIONAL PERMANENTE. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO. ACERTO DA DECISÃO RECORRIDA. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO DO LAUDO PERICIAL. DESPROVIMENTO. - Nenhuma outra documentação poderia ser exigida do



Apelado, uma vez que a Lei requer simples prova do acidente e do dano decorrente (caput do art. 5.º da Lei nº 6.194/74). - O valor da indenização (DPVAT) deve observar o disposto na Lei vigente à data do sinistro, atribuindo-se o valor da indenização com base na gravidade e na irreversibilidade do dano causado à vítima. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00010002620148150301, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS, j. em 08-11-2016).

Assim, resta patente que a parte autora **deve** ser submetida à avaliação médica, passível de ser feita por perícia judicial, para aferir a real extensão da lesão que a acomete, a fim de estipular a indenização do seguro DPVAT corretamente e de forma proporcional, em obediência justamente ao teor da Súmula 474 do STJ.

3. PEDIDOS.

PELO EXPOSTO, requer a V. Exa.:

A) A concessão do benefício da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, vez que não possui condições de suportar as eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares, fazendo jus, pois, ao teor do disposto no inciso LXXIV do art. 5º da Carta Magna e do art. 2º (*caput* e §2º) da Lei nº 1.060/50, nomeando o(s) profissional(is) signatário(s) seu(s) assistente(s) judiciário(s);

B) A citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

C) condenar a ré ao pagamento do valor do seguro DPVAT no montante de **R\$ R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, valores estes que deve ser acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ;



D) A produção de prova pericial judicial, devendo o perito responder os quesitos que desde já se apresentam em anexo à esta petição, a fim de constatar o grau da debilidade permanente ocasionado em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de novos documentos e depoimento de testemunhas e das partes, caso necessário (QUESITOS EM ANEXO);

E) Em caso de recurso, a condenação da ré na verba honorária de 20% sobre o valor da causa.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nestes termos, PEDE DEFERIMENTO.

Sapé/PB, 14 de setembro de 2018.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL
OAB/PB 18.154**



EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA COMARCA DE SAPÉ/PB

ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no CPF sob o nº. 500.488.724-15 e RG nº. 21.510.336-7 SSP/RJ, neste ato representado por sua irmã e curadora **MARINALVA MENEZES DE BRITO**, brasileira, inscrita no CPF sob nº 854.129.104-91 e RG 1.777.008 - 2ªVIA, SSP-PB, ambos residentes e domiciliados na Rua João Gomes Ferreira, 6, Centro, Município de Sapé/PB, CEP 58.340-000, por seu advogado formalmente constituído, residente e domiciliado na Rua Padre Zeferino Maria, 261, Centro, Sapé/PB, onde recebem intimações e correspondências – vem à presença de V. Exa., propor a presente

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA
DE SEGURO DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:



1. DOS FATOS.

Em 23 de setembro de 2017 a parte autora sofreu um acidente de trânsito (atropelado por um veículo desconhecido) na cidade de Sapé/PB, ocasião em que um veículo desconhecido o atropelou sem prestar socorros (dados do Boletim de Ocorrência prestado em 16 de janeiro de 2018, de nº 101/2018), tendo sido levada pelo SAMU ao hospital, no qual realizou diversos exames e foi devidamente medicado.

Com o acidente a parte proponente ficou com **debilidade permanente no membro inferior por trauma grave em perna direita, onde houve uma fratura complexa de ossos que fora submetido a fasciotomia e posteriormente optado por tratamento da fratura com fixador externo circular (laudo médico em anexo em 21/02/2018 e fotos da perna da paciente)**, conforme faz prova com os documentos médicos acostados a exordial bem como boletim de ocorrência policial.

Destaque-se que o promovente requereu administrativamente à ré a respectiva indenização pela invalidez que se faz presente hoje. Conforme prova em anexo, a parte ré indeferiu o pedido referente à indenização pelo acidente alegando que o mesmo não possui sequelas.

No que se refere à indenização pela debilidade permanente, esta deve ser paga na sua integralidade, **no importe de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme discriminado nas linhas a seguir:

Isto posto, constatada a debilidade permanente da parte promovente em seu membro inferior direito, em razão de acidente de trânsito (comprovados pelo Boletim de Ocorrência prestado e pelas consultas médicas, em anexo), a autora desta ação faz jus à indenização bem como ao ressarcimento das despesas médicas que



constam na Lei nº 6.194/74, corrigida desde a data do sinistro, por ser medida de direito e justiça.

2. DO DIREITO.

2.1 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO.

A pretensão autoral se encontra amparada pela Lei nº 6.194/74, pelo art. 7º da Lei 8.441/92 e pela Lei 11.482/2007. E foi a partir da Lei 11.945/2009 que a tabela contida em seu anexo passou a ser utilizada nos casos de indenização pelo seguro DPVAT, para quantificar o valor do seguro devido, conforme o grau de invalidez apresentado pela proponente.

A matéria foi sumulada pelo STJ (Súmula 474), devendo ser aplicada a todos os acidentes, indistintamente: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”*

Consta também na lei nº 6.194/74, em seu art.3º que:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#).



Portanto, a parte requerente desta ação, como mencionado nos fatos, sofreu uma debilidade permanente em sua perna direita.

2.2 PERDA COMPLETA DA FUNÇÃO DO MEMBRO INFERIOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO MONTANTE DE 70% DE R\$ 13.500,00.

É inconteste que a parte requerente sofreu um acidente de trânsito, conforme faz prova a certidão de ocorrência policial e demais documentos em anexo, vindo a ficar com debilidade permanente no membro inferior por trauma grave na perna direita, restando com sequelas irreversíveis e permanentes e perda da força muscular.

Desse modo, com esteio no contexto probatório, na verdade real e considerando que a parte demandante teve perda funcional completa de um dos membros inferiores, resta patente que a indenização prevista do seguro DPVAT *in casu* é de 70% sobre R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que resulta na quantia devida de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** nos moldes da tabela legal:

LEI nº 6.194/74

ANEXO

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	<u>70</u>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25



Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
---	--

No caso presente, a parte autora tem direito a 70% no caso de invalidez permanente, por se enquadrar, no anexo da lei nº 6.194/74 acima, em perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores no valor de **R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

Portanto, tem a parte demandante o direito ao recebimento da quantia de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) a título de indenização por acidente, acrescida de correção monetária e juros de mora desde a época do acidente (23/09/2017), nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ.



2.3. NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL.

A prova pericial (exame médico para atestar a debilidade/invalidez permanente) é imprescindível para o desate da lide, com vistas à aferição do grau da invalidez permanente que acomete a parte suplicante.

Nessa linha de pensar, vale colacionar entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba em apelação, sendo notório a imprescindibilidade da realização de perícia médica, não sendo necessário que a própria parte acidentada arque, anteriormente, com os custos de fazê-la. Senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INEXISTÊNCIA DE PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º, XXXV, DA CF/88. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. PROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do ordenamento jurídico pátrio, não há necessidade de prévia prova pericial, mormente quando a parte goza dos benefícios da assistência judiciária gratuita e não dispõe de condições suficientes à sua realização, como condição para o beneficiário ingressar em juízo, sob pena de sérias afrontas ao direito de ação e ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00295094220138152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 01-12-2016).

Demonstrando a essencialidade da perícia médica para o provimento da concessão da indenização e acerca dos requisitos do seguro DPVAT, já decidiu o Tribunal de Justiça da Paraíba:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DANO PARCIAL COMPLETO ANATÔMICO E FUNCIONAL PERMANENTE. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL.



IRRESIGNAÇÃO. ACERTO DA DECISÃO RECORRIDA. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO DO LAUDO PERICIAL. DESPROVIMENTO. - Nenhuma outra documentação poderia ser exigida do Apelado, uma vez que a Lei requer simples prova do acidente e do dano decorrente (caput do art. 5.º da Lei nº 6.194/74). - O valor da indenização (DPVAT) deve observar o disposto na Lei vigente à data do sinistro, atribuindo-se o valor da indenização com base na gravidade e na irreversibilidade do dano causado à vítima. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00010002620148150301, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS, j. em 08-11-2016).

Assim, resta patente que a parte autora **deve** ser submetida à avaliação médica, passível de ser feita por perícia judicial, para aferir a real extensão da lesão que a acomete, a fim de estipular a indenização do seguro DPVAT corretamente e de forma proporcional, em obediência justamente ao teor da Súmula 474 do STJ.

3. PEDIDOS.

PELO EXPOSTO, requer a V. Exa.:

A) A concessão do benefício da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, vez que não possui condições de suportar as eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares, fazendo jus, pois, ao teor do disposto no inciso LXXIV do art. 5º da Carta Magna e do art. 2º (*caput* e §2º) da Lei nº 1.060/50, nomeando o(s) profissional(is) signatário(s) seu(s) assistente(s) judiciário(s);

B) A citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

C) condenar a ré ao pagamento do valor do seguro DPVAT no montante de **R\$ R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, valores estes que deve ser acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ;



D) A produção de prova pericial judicial, devendo o perito responder os quesitos que desde já se apresentam em anexo à esta petição, a fim de constatar o grau da debilidade permanente ocasionado em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de novos documentos e depoimento de testemunhas e das partes, caso necessário (**QUESITOS EM ANEXO**);

E) Em caso de recurso, a condenação da ré na verba honorária de 20% sobre o valor da causa.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nestes termos, PEDE DEFERIMENTO.

Sapé/PB, 14 de setembro de 2018.

BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL
OAB/PB 18.154



RELAÇÃO DE QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS POR OCASIÃO DA PERÍCIA:

1. Pode o Sr. Perito precisar se a sequela originada do acidente está consolidada? Desde quando?
2. Resultou do acidente debilidade e/ou sequela permanente de membro, sentido, função? Qual?
3. Resultou do acidente perda de órgão, membro, sentido ou função? Qual?
4. É possível graduar a(s) sequela(s) decorrente(s) da(s) lesão(ões), correlacionando o(s) percentual(ais) ao(s) dano(s) sofrido(s) pelo periciando em cada segmento corporal acometido?

---	SEGMENTO	PERCENTUAL
LESÃO 1		()10% ()25% ()50% ()75% ()100%
LESÃO 2		()10% ()25% ()50% ()75% ()100%
LESÃO 3		()10% ()25% ()50% ()75% ()100%
LESÃO 4		()10% ()25% ()50% ()75% ()100%
LESÃO 5		()10% ()25% ()50% ()75% ()100%



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NO CPF SOB Nº 500.488.724-15 E RG 21.510.336-7 SSP-PB, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA IRMÃ E CURADORA MARINALVA MENEZES DE BRITO, BRASILEIRA, INSCRITA NO CPF SOB Nº 854.129.104-91 E RG 1.777.008- 2ª VIA, SSP-PB, AMBOS RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOÃO GOMES FERREIRA, 6, CENTRO, SAPÉ-PB, CEP: 58.340-000.

OUTORGADOS: BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 048.860.664-02 e na OAB/PB sob o nº 18.154, com escritório profissional na Rua Padre Zeferino Maria, 261, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000, onde recebe intimações de estilo.

PODERES: Por este instrumento o(a) Outorgante supra qualificado, nomeia e constitui os Outorgados acima identificados, seus bastantes procuradores, conferindo-lhes os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "Ad Judicia Et Extra", para agirem, em conjunto ou separadamente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, como também confessar, transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, firmar acordos ou compromissos, representar o mesmo perante os Órgãos ou Entes Públicos, **em especial ao INCRA para fins de requerer documentos, recorrer, realizar agendamento, fazer alterações cadastrais**, promover reivindicações e impugnações, prestar lícitos compromissos, promover requerimentos administrativos, receber e dar quitação, requerer declarações e toda e qualquer outra documentação indispensável à prova do seu direito, assinar todos os documentos necessários para requerer, em juízo ou fora dele, tudo o que for de direito, além de outros não expressamente constantes nesse mandato. Ainda poderes para levantar, requerer ou receber Alvarás, RPV's e/ou Precatórios, levantar valores em contas bancárias, receber valores inclusive em cheques decorrentes de condenação judicial, renunciar a quaisquer valores superiores a 60 (sessenta) salários mínimos em razão de eventual ajuizamento no procedimento especial (art. 3º da Lei 10.259/2001 e Lei 9.099/1995), bem como poderes especiais para representação perante qualquer Órgão Público ou instituição bancária, podendo inclusive requerer e receber saldos, extratos de contas, fichas financeiras, declarações e toda e qualquer outra documentação indispensável à prova do seu direito, reconhecer e/ou contestar saldos, atualizar cadastros. Os poderes aqui descritos poderão ser substabelecidos no todo ou em parte, com ou sem reservas, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

DECLARAÇÃO: O(a)s outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei nº 1.060 de 1950.

SAPÉ - PB 06 de Junho de 2018

Marinalva Menezes de Brito
OUTORGANTE



DECLARAÇÃO

Eu, MARINALVA MENEZES DE BRITO,
(estado civil) CASADA, profissão PROFESSORA inscrito
no CPF sob nº 020.674.944-90 e RG nº 1.862.619, residente
e domiciliado na Rua JOÃO GOMES FERREIRA, 06, CENTRO,
, CEP: 58.340-000. **DECLARO**, nos termos da Lei nº 7.115/1983 c/c a
Lei nº 1.060/50, para os devidos fins, **de que sou pobre na acepção jurídica
do termo**, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas
judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família.

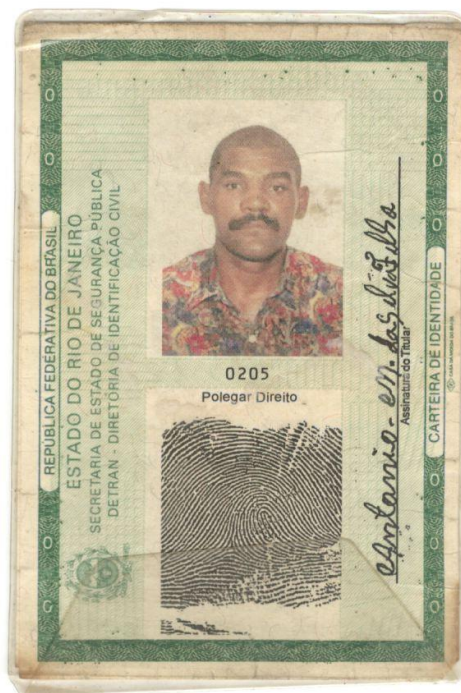
Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira
responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente
declaração para que produza seus efeitos legais.

Sapé-PB, 01 de junho de 2018.

MARINALVA MENEZES DE BRITO

DECLARANTE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21.510.336-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/07/2003

NOME ANTONIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO

FILIAÇÃO ANTONIO MAURÍCIO DA SILVA

MARIA JOSÉ MENEZES DA SILVA

NATURALIDADE PARAÍBA DATA DE NASCIMENTO 02/01/1964

DOC ORIGEM C.NASC LIV A/71 FLS 016V TERM 39782

ISAPÉ PB

CPF 000.000.000-00

010 1 Via

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

LUIS AMORIO ABRANTES CORREIA
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CÍVEL 0205
DATA 24/07/2003





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

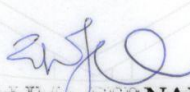
REGISTRO GERAL	1.862.619 - 2 VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO	09/08/2010
NOME	MARINALVA MENEZES DE BRITO		
FILIAÇÃO	ANTONIO MAURICIO DA SILVA MARIA JOSE MENEZES DA SILVA		
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	31/03/1975
SAPE-PB DOC ORIGEM	CASAM N.7912 FLS.114 LIV.B27		
CARTÃO SAPE PB			
CPF	020.674.944-90		
João Pessoa - PB	ASSINATURA DO DIRETOR		
	LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		



TERMO DE COMPROMISSO

Curatela Especial nº 001/2014

Aos 30 de Abril de 2014, nesta cidade de Sapé/PB, no Fórum local, perante a Exm^a. Sr^a. Dr^a. Virgínia de Lima Fernandes Moniz, Juíza de Direito em Substituição nesta Comarca, comigo Analista/Técnico Judiciário abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) senhor(a) **MARINALVA MENEZES DE BRITO**, brasileira, portador(a) da cédula de identidade (RG) n. 1.862.619 **SSP/PB**, CPF n. 020.674.944-90, residente na Rua João Gomes Ferreira, 03, Sapé-PB, a quem o MM. Juiz deferiu o Compromisso Legal de bem e fielmente, sem dolo e sem malícia, desempenhar o cargo de **CURADOR(A)** do(a) interditado(a) **ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO**, brasileiro(a), solteiro(a), residente no mesmo endereço do(a) curador(a), em virtude de ser o(a) mesmo(a) portador(a) de doença mental, conforme sentença prolatada em 10 de abril de 2014. Recebido o compromisso que prometeu cumprir, determinou a MM Juiz a lavratura do presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado. Eu, _____ Telmar Santos de Souza, Técnico Judiciário (matricula n. 473.660-5), digitei-o e subscrevo.


VIRGÍNIA DE LIMA FERNANDES MONIZ
Juíza de Direito em Substituição


MARINALVA MENEZES DE BRITO,

Curador(a)



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 006.103.731



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARINALVA MENEZES SILVA
RUA JOAO GOMES FERREIRA 6
SAPE

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/64347-8

REFERÊNCIA

MAI/2018

APRESENTAÇÃO

09/05/2018

CONSUMO

284

VENCIMENTO

16/05/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 220,58

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

MARINALVA MENEZES SILVA

Roteiro: 03-051-030-6660

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 05/06/2018

VENCIMENTO

16/05/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 220,58

MATRÍCULA

64347-2018- 05-7





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2018

Ocorrência nº. 101/2018

Aos DEZESSEIS dias de JANEIRO de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de SAPÉ/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHÃES**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 10h:54min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

MARINALVA MENEZES DE BRITO, conhecido por _____, Identidade nº 1.862.619-SSP/PB, CPF nº 020.674.944-90, nacionalidade brasileira, estado civil: casada, profissão: professora, filho(a) de Antonio Mauricio Da Silva E De Maria Jose Menezes Da Silva, natural de Sapé/PB, nascido(a) em 31/03/1975 (42 anos de idade), do sexo Fem, residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Gomes Ferreira, Nº 06, Centro, tendo como ponto de referência: _____, na cidade de SAPÉ/PB, fone(s) para contato: _____.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 23 de setembro de 2017;
- 3) HORÁRIO: 20h:0min;
- 4) LOCAL: Rodovia Estadual, PB-073, Distrito Mecânico, Sapé/PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: Hospital Dr. Sá Andrade em Sapé e em seguida encaminhado ao Hospital de Traumas em João Pessoa/PB;

6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:

Não consta, o veículo causador do atropelamento se evadiu e não se conseguiu anotar a placa.

7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:

JOSE CARLOS, conhecido por PORRÓIA

8) BREVE RESUMO DO FATO:

Que é Curadora Provisória de seu irmão ANTONIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO, o qual fora vítima de acidente de trânsito; QUE o fato ocorreu no Distrito Mecânico de Sapé, onde seu irmão caminhava com um carro de mão levando um portão de ferro, ocasião em que um carro ainda não identificado atropelou seu irmão; QUE após o acidente o motorista do carro não prestou socorro e se evadiu do local; QUE populares que estavam no local acionaram uma ambulância que o socorreu inicialmente para o hospital local e logo em seguida fora encaminhado ao Hospital de Traumas, pois apresentava fratura exposta; QUE no Hospital de Traumas seu irmão foi submetido a procedimento cirurgico na perna com fixador externo circular, esclarecendo que já foram feitas duas cirurgias na perna direita; QUE de acordo com o documento do Hospital de Traumas o paciente foi diagnosticado com Fratura Complexa de ossos da perna direita, evoluiu com síndrome compartimental no membro, submetido a fasciotomia e posteriormente optado por tratamento da fratura com o fixador externo circular.

9) OBSERVAÇÕES:

QUE consta junto a este BO cópia do Termo de Compromisso de Curador Provisório, Expedido pelo Juízo da 3ª Vara da Comarca de Sapé, dando a noticiante o direito e dever de defender os interesses do senhor ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, nascido em 02/01/1964, filho de Antonio Mauricio da Silva e de Maria Jose Menezes da Silva.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Sapé/PB, 16 de janeiro de 2018.

MARINALVA MENEZES DE BRITO
Comunicante

Escrivã(o)/Agente / Matrícula nº 155.664-9





**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ
HOSPITAL REGIONAL DR. SÁ ANDRADE**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que o Srº. Antonio Mauricio da Silva Filho, residente na Rua João Gomes Ferreira, - Centro – Sapé- PB, Nascido em 02/01/1964 o qual deu entrada neste serviço de saúde (Hospital Regional Dr. Sá Andrade em Sapé - PB) na data de 23/09/2017, vítima de acidente de moto, o qual foi atendido pela equipe médica deste serviço de saúde, realizado Rx. Sendo encaminhado para outra unidade.(Hospital de Trauma – João Pessoa)

Esta declaração é verdade e dou fé.

Sapé-PB, 18 de Dezembro de 2017

Atenciosamente,

Eduardo da Silva Costa
Diretor Geral
MAT 2122473

EDUARDO DA SILVA COSTA
Diretor Geral

Rua Gentil Lins, 46 – Centro – Sapé – PB.
CEP 58.340-000 CNPJ: 08.778.267/0014-85
Email: hospitalsaandradespe@hotmail.com





Receituário Médico

receito

Atesto que o paciente
Antonio Maurício de Siqueira
Filho sofreu fratura exposta
perna direita que sofreu com
edema significativo.
Deito tratamento cirúrgico
no momento com fixação
externa cirúrgica para p.
Apresenta importante lesão
de mão e auxilio de
terceiros por tempo indefinido.

Data:

Recibo
Saldo
1010 T932
27/02/18.

Médico
Dr. Douglas M. P. Teixeira
Ortopedia - Traumatologia
CRM-PB 5336





HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
SENADOR HUMBERTO LUCENA



GOVERNO
DA PARAÍBA

CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Antonio Maurício
da Silva Filho

DATA DO ATENDIMENTO: ____/____/____

Nº PRONTUÁRIO: _____ FICHA: _____

MÉDICO (CARIMBO): Dr. Douglas

DIAGNÓSTICO: _____

PROCEDIMENTO: _____

SEMPRE QUE RETORNAR AO HOSPITAL É
NECESSÁRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO

3221-0369
3214.2911



DATA DE RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNO	SALA
07/02/18	IRSP Douglas	11h	
	Retorno	15	almo
21/02/18	enferm		
21/02/18	Dr. Douglas		
30/05/18	" "	12h	



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30301297 - AC SAPE
SAPE - PB
CNPJ....: 34028316373481 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 273468067
Contrato...: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 23/03/2018 Hora.....: 14:43:22
Caixa.....: 85696863 Matrícula...: 84785004
Lancamento...: 041 Atendimento: 00020
Modalidade : A Faturar ID Tiquete : 1448423122

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)...	21,75	
Peso real (G).....	65	
CNPJ/CPF Remet : 02067494490		
Nome Remetente.: MARINALVA MENEZES DE BRITO		
Endereço Remet.: RUA JOAO GOMES FERREIRA, 8		
Cont Endereço...: - CENTRO		
Cep Remetente...: 58340-000		
Cidade Remet....: SAPE		
UF Remet.....: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	28,00+
Valor do Porte(R\$)...	28,00	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	65	
OBJETO.....: DY155643665BR		

DY 15564366 5 BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030100
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões e
Reclamações: 08007250100-www.correios.com.br

VIA-CLIENTE SARA 7.8.00



Rio de Janeiro, 07 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: **MARINALVA MENEZES DE BRITO**

Nº Sinistro: **3180163754**
Vítima: **ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO**
Data do Acidente: **23/09/2017**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180163754**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **23/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01113/01114 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 12767892





Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

PROCESSO N. 0801354-23.2018.8.15.0351 [SEGURO, SEGURO].

AUTOR: ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

DESPACHO

Vistos, etc.

Proceda com a devida retificação à autuação, devendo o feito seguir o rito do procedimento comum.

Após, conclusão dos autos.

SAPÉ, 7 de novembro de 2018.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO





Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO COMUM (7).

PROCESSO N. 0801354-23.2018.8.15.0351 [SEGURO, SEGURO].

AUTOR: ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

DECISÃO

Vistos, etc.

Sem prejuízo de eventual impugnação, defiro os benefícios da gratuidade judiciária, face a declaração firmada e da ausência de elementos que afastem a presunção de pobreza.

Da leitura da peça de ingresso, entendo que o caso exige a emenda.

Com efeito, a legislação pertinente determina que a indenização do seguro DPVAT será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, não exigindo a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório por parte da vítima ou seu beneficiário.

O valor de referência é R\$13.500,00 (trezemil e quinhentos reais), inserido na Lei do DPVAT (n. 6.194/1974), por meio da Medida Provisória n. 340/2006, em vigor desde a data de sua publicação, em 29 de dezembro de 2006, e, posteriormente, convertida na Lei n. 11.482/2007.

Todavia, e eis o relevante, **não há valor indistinto para qualquer tipo de cobertura, variando se o caso é de morte ou invalidez total e permanente, ressarcimento de despesas médicas, e debilidade.** Assim, para cada tipo de sinistro que resulte debilidade, deve ser observada a tabela de repercussão no patrimônio físico introduzida na Lei do DPVAT pela Medida Provisória n. 451/2008, publicada em 16 de dezembro de 2008 e retificada em 22 de dezembro de 2008, e depois convertida na Lei n. 11.945/2009, publicada em 24 de junho de 2009 e produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2009 (art. 33, IV, alínea "a").



A Súmula n. 474 do Superior Tribunal de Justiça, a propósito, é muito clara nesse sentido, ao preconizar que: **“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”**.

No caso dos autos, ao expor o fato que dá suporte a pretensão, afirmou o autor o seguinte:

“Com o acidente a parte proponente ficou com debilidade permanente no membro inferior por trauma grave em perna direita, onde houve uma fratura complexa de ossos que fora submetido a fasciotomia e posteriormente optado por tratamento da fratura com fixador externo circular (laudo médico em anexo em 21/02/2018 e fotos da perna da paciente), conforme faz prova com os documentos médicos acostados a exordial bem como boletim de ocorrência policial.” (Num. 17534898 - Pág. 2).

Como se vê, em momento algum se esclarece que tipo de debilidade ocorreu, **com especificação do que seriam as “limitações físicas”, e tipo de comprometimento das funções motoras**.

Da leitura da petição inicial, portanto, não há como se compreender o exato pedido de mérito. E a omissão, evidentemente grave, além de comprometer o exercício da ampla defesa e do contraditório impede que seja realizada a instrução do processo ou mesmo um julgamento hígido da causa, de sorte que não há outra solução a ser dada senão a e determinar a emenda da inicial.

Com essas considerações, impõe-se a INTIMAÇÃO DO AUTOR, por seu advogado, a fim de que emende a inicial, informando, precisamente, qual o fundamento do pedido, com especificação das circunstâncias de fato (qual área atingida, região, e indicação do tipo e grau de limitação física).

Esclareça-se que o cumprimento é em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e extinção.

Publicado eletronicamente.

Sapé/PB, 17 de dezembro de 2018.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO





Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO COMUM (7).

PROCESSO N. 0801354-23.2018.8.15.0351 [SEGURO, SEGURO].

AUTOR: ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

DECISÃO

Vistos, etc.

Sem prejuízo de eventual impugnação, defiro os benefícios da gratuidade judiciária, face a declaração firmada e da ausência de elementos que afastem a presunção de pobreza.

Da leitura da peça de ingresso, entendo que o caso exige a emenda.

Com efeito, a legislação pertinente determina que a indenização do seguro DPVAT será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, não exigindo a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório por parte da vítima ou seu beneficiário.

O valor de referência é R\$13.500,00 (trezemil e quinhentos reais), inserido na Lei do DPVAT (n. 6.194/1974), por meio da Medida Provisória n. 340/2006, em vigor desde a data de sua publicação, em 29 de dezembro de 2006, e, posteriormente, convertida na Lei n. 11.482/2007.

Todavia, e eis o relevante, **não há valor indistinto para qualquer tipo de cobertura, variando se o caso é de morte ou invalidez total e permanente, ressarcimento de despesas médicas, e debilidade.** Assim, para cada tipo de sinistro que resulte debilidade, deve ser observada a tabela de repercussão no patrimônio físico introduzida na Lei do DPVAT pela Medida Provisória n. 451/2008, publicada em 16 de dezembro de 2008 e retificada em 22 de dezembro de 2008, e depois convertida na Lei n. 11.945/2009, publicada em 24 de junho de 2009 e produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2009 (art. 33, IV, alínea "a").



A Súmula n. 474 do Superior Tribunal de Justiça, a propósito, é muito clara nesse sentido, ao preconizar que: **“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”**.

No caso dos autos, ao expor o fato que dá suporte a pretensão, afirmou o autor o seguinte:

“Com o acidente a parte proponente ficou com debilidade permanente no membro inferior por trauma grave em perna direita, onde houve uma fratura complexa de ossos que fora submetido a fasciotomia e posteriormente optado por tratamento da fratura com fixador externo circular (laudo médico em anexo em 21/02/2018 e fotos da perna da paciente), conforme faz prova com os documentos médicos acostados a exordial bem como boletim de ocorrência policial.” (Num. 17534898 - Pág. 2).

Como se vê, em momento algum se esclarece que tipo de debilidade ocorreu, **com especificação do que seriam as “limitações físicas”, e tipo de comprometimento das funções motoras**.

Da leitura da petição inicial, portanto, não há como se compreender o exato pedido de mérito. E a omissão, evidentemente grave, além de comprometer o exercício da ampla defesa e do contraditório impede que seja realizada a instrução do processo ou mesmo um julgamento hígido da causa, de sorte que não há outra solução a ser dada senão a e determinar a emenda da inicial.

Com essas considerações, impõe-se a INTIMAÇÃO DO AUTOR, por seu advogado, a fim de que emende a inicial, informando, precisamente, qual o fundamento do pedido, com especificação das circunstâncias de fato (qual área atingida, região, e indicação do tipo e grau de limitação física).

Esclareça-se que o cumprimento é em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e extinção.

Publicado eletronicamente.

Sapé/PB, 17 de dezembro de 2018.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO



SEGUE EM ANEXO PETIÇÃO E FOTOS.







EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE SAPÉ-PB

Processo nº. 0801354-23.2018.8.15.0351.

Autor: ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO.

Réu: SEGURADORA LÍDER.

ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA FILHO, já qualificada nos autos, vem através deste, via advogado constituído, que promove em face da Seguradora Líder, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor e requerer o que se segue:

Compulsando os autos, verifica-se que este juízo intimou o autor para informar sobre “o fundamento do pedido, com especificação das circunstâncias de fato (qual área atingida, região, e indicação do tipo e grau de limitação física)”.

Em resposta informa que na exordial já mencionou que **o acidente ocasionou a parte proponente debilidade permanente no membro inferior por trauma grave em perna direita (id 17534898, fls. 03)**, devido à fratura complexa de ossos que fora submetido a fasciotomia e posteriormente optado por tratamento da fratura com fixador externo circular conforme laudo médico do id 17534967. Ainda no **id 17534898, fls. 05** disse o autor que houve perda completa da função do membro inferior o que geraria a indenização de 70% nos moldes do que determina a Lei nº 6.194/74, Anexo. Tais informações já seriam suficientes, *data vênia*, para suprir a dúvida do juízo.

Mesmo assim, insiste, para não restar dúvidas, especificamente como questionado pelo juízo:

- **Área atingida/região:** MEMBRO INFERIOR DIREITO;
- **Indicação do tipo e grau delimitação:** perda completa da função do membro inferior.

Pelo exposto, entendendo que o caso não comporta possibilidade de acordo em audiência antes da realização de perícia médica, requer a dispensa da audiência conciliatória prévia para que seja agendada de imediato a perícia médica que, conforme se vê nas fotos em anexo, deve ser realizada *in locu*, uma vez que a parte autora tem sua mobilidade totalmente prejudicada.

Nestes Termos.
Pede Deferimento,

Sapé/PB, 27 de fevereiro de 2019.

BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL
OAB/PB 18.154

Rua Padre Zeferino Maria, 261 - Centro - Sapé - PB – Telefones: 83. 9 9857.4694 / 9 9172.2648 / 9 8106.0584
souzacabraladv@gmail.com Pag. 1 / 1





Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO COMUM (7).

PROCESSO N. 0801354-23.2018.8.15.0351 [SEGURO, SEGURO].

AUTOR: ANTONIO MAURICIO DA SILVA FILHO .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

DECISÃO

Vistos, etc.

Recebo a petição inicial e sua respectiva emenda, por preenchimento de todos os seus requisitos.

Verifica-se que a parte promovida apontada, tradicionalmente, abstém-se de tornar efetiva as técnicas autocompositivas. Logo, sendo inviável, ao menos nessa fase, a mediação e a conciliação, deixo de determinar a sua realização. Deste modo, **CITE-SE** a parte promovida, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão.

Publicado eletronicamente.

SAPÉ, 28 de fevereiro de 2019.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO

